

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006:

Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e seis, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas nove horas e quarenta minutos, iniciou-se e teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 – TOMADA DE POSSE DE 4 ELEMENTOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA;

1.2 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 28 DE ABRIL DE 2006;

1.3 – LEITURA DE EXPEDIENTE

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2 – APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DA CARTA EDUCATIVA DE SANTA COMBA DÃO = APROVAÇÃO;

2.3 – REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA/EMISSION DE PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO MUNICIPAL=DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DEFINITIVO;

2.4 – TRIBUNAIS DE MENORES = VOTAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS A JUIZ SOCIAL;

2.5 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE DATA DO FERIADO MUNICIPAL = FIXAÇÃO DO DIA DO FERIADO ANUAL DO MUNICÍPIO;

2.6 – PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO = APROVAÇÃO

2.7 – SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S PARA O ANO EM CURSO = APROVAÇÃO;

2.8 – 14 H 30 – ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA METROPOLITANA DA GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE VISEU (GAMVIS), NOS TERMOS DO ART.º 1º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA METROPOLITANA DA GAMVIS.

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão os senhores deputados Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, Nuno João Marques da Costa Pereira, Manuel Macedo Varela Dias, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira

Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes e José Machado Neves dos Santos que tomaram assento nas bancadas que lhes estavam destinadas. Os senhores deputados Fernando Manuel Varela Nunes, António Alexandre Varela Gomes, Guilherme Luís Leitão Castanheira e Paula Cristina Massano Nunes Correia compareceram na sessão dentro do prazo previsto no número dois do Art.º 38º do Regimento, pelo que não lhes foi marcada a falta. Estes deputados não participaram na votação do ponto um ponto dois. Verificaram-se as ausências dos senhores deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves e António Dias da Cruz Brinca da Silva que justificaram a falta.

Iniciou-se a sessão com o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

No ponto um ponto um, TOMADA DE POSSE DE 4 ELEMENTOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, foi dada a posse a estes quatro elementos do Conselho Municipal de Segurança, por não terem comparecido à tomada de posse realizada na sessão ordinária de 28 de Abril de 2006.

No ponto um ponto dois, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 28 DE ABRIL DE 2006, foi aprovada por maioria a acta da sessão de 28 de Abril de 2006 com vinte e dois votos a favor (13 da Coligação e 9 do Partido Socialista) e duas abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados César Fernando Lima Branquinho e Carla Isabel Silva Cunha.).

Ponto um ponto três, LEITURA DE EXPEDIENTE. O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento da recepção do relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Santa Comba Dão e que o mesmo podia ser consultado pelos senhores deputados na Câmara Municipal, junto dos serviços administrativos que apoiam esta Assembleia Municipal.

Foi dada de seguida a palavra aos Srs. Deputados, tendo a primeira intervenção sido feita pelo Sr. Deputado César Branquinho, que em nome da bancada do Partido Socialista apresentou um voto de pesar e de solidariedade para com a família das vítimas dos trágicos acontecimentos com as jovens de Santa Comba Dão, voto esse extensivo aos familiares e instituições ligadas ao presumível autor destes crimes. Referiu-se depois à publicação do Boletim Municipal, considerando-a um acto despesista e desnecessário, dizendo ainda que não concordava com os artigos de opinião nele publicados e da autoria do Sr. Presidente da Câmara. Este voto constitui o anexo um desta acta e faz parte integrante da mesma.

O Sr. Presidente da Assembleia procedeu à votação do voto de pesar atrás apresentado que foi aprovado por unanimidade.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Agostinho Pires que referiu e em relação à declaração de voto apresentada anteriormente, que ao longo dos últimos oito anos e em anteriores Assembleias tinha feito algumas declarações de voto e que as mesmas não tinham recebido o mesmo tratamento. Debruçou-se a seguir sobre o artigo “Falar mesmo verdade” publicado no semanário “Defesa da Beira” em 09/06/2006, da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, começando por dizer que o mesmo não passava de uma acusação violenta à actuação do actual executivo e de uma atitude de louvor aos últimos dezasseis anos de executivo Socialista. Na sua opinião, o artigo exprimia uma posição contra todos os que, anteriormente queriam manifestar a sua opinião, frisando que agora em Santa Comba Dão todos eram iguais. Referiu-se à

frustração ainda sentida por elementos do Partido Socialista resultante da perda do poder autárquico e à situação de alguns simpatizantes do PSD, que se tornaram apoiantes do Partido Socialista. Debruçou-se depois sobre a situação económica do município, frisando a falta de informação dada anteriormente e a sua crescente derrapagem. Lamentou que no artigo referido não se fizesse referência à reestruturação da carteira de empréstimos feita pelo actual executivo e à reduzida capacidade de endividamento deixada pelo anterior executivo. Questionou o porquê de no artigo se referir ao aumento da despesa com pessoal e serviços e não se referir à diminuição de despesa com a elaboração na Câmara Municipal da sua Conta de Gerência e dispensa de pessoal. Disse compreender o orgulho que o Partido Socialista tinha em relação ao património que foi deixado, mas referiu que parte dele se encontra inapto e questionou o porquê do artigo não se referir ao inventário desactualizado, enumerando depois obras que se encontram por legalizar, questionando se nessas obras a Câmara Municipal teria apenas o direito de superfície. Mencionou também que dos três parques industriais apenas o da Catraia se encontrava legalizado, lembrando que este era do tempo do Sr. Eng. Daniel. Debruçou-se depois sobre as razões que deram origem a que Santa Comba Dão fosse um dormitório dos concelhos vizinhos. Por fim referiu-se ao empolamento dado sobre a subida de Santa Comba Dão a cidade, dizendo que para além do orgulho e vaidade não encontrava qualquer benefício, mencionando para o caso a Lei n.º 11/82, de 2 de Junho.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado João Boto Martins, que lamentou ter-se na última Assembleia congratulado com a antecedência com que foram entregues os documentos de apoio, uma vez que o mesmo não tinha acontecido agora. Terminou incentivando os serviços para a entrega da documentação ser feita com maior antecedência.

De seguida fez a sua intervenção o Sr. Deputado Paulo Dirceu Santos, que se referiu a uma deficiente sinalização das lombas criadas na saída para Mortágua, havendo a necessidade de criar bandas sonoras a fim de evitar futuras situações desagradáveis. Focou também que a rotunda junto à Adega necessitaria de uma camada de desgaste para que, quando chovesse ou houvesse formação de geada não se tornasse perigosa. Referiu por fim a necessidade de se delimitar a área de actuação das motos de água na Sra. da Ribeira de forma a evitar situações perigosas. Mencionou ainda com agrado a obra em curso de iluminação dos nós no IP3.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Sandro Branquinho, que se debruçou sobre um comunicado da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, publicado no jornal “ Defesa da Beira”, referido que a iluminação dos nós do IP3 e a correcção do acesso do IP3 à recta das Lameiras eram obras acordadas pelo anterior executivo com a Estradas de Portugal e que os concursos foram lançados ainda antes das eleições autárquicas. Referiu o Boletim Municipal de Junho de 2003 onde eram mencionadas estas obras. Questionou sobre a razão desta iluminação ter sido a última a ser realizada em todo o IP3, informando depois que este projecto foi aprovado em Novembro de 2005, já com este executivo camarário. Comparou depois o actual Boletim Municipal com um outro Boletim Municipal de há três anos, onde existia também um Editorial e quarenta e cinco fotografias do Sr. Presidente da Câmara ou de alguém com ele relacionado, não compreendendo a classificação de faccioso dada ao actual boletim. Mencionou depois o comunicado da Comissão Política Concelhia do

Partido Socialista publicado no “Defesa da Beira” a 09/06/2006 onde referia que foram utilizados pelo anterior executivo todas as verbas a que foi possível aceder no âmbito de Fundos Comunitários, lembrou que havia medidas que valorizavam o património, a agricultura e as florestas comparticipadas a cem por cento a que a Câmara Municipal anterior não se candidatou.

Não havendo mais intervenções, passou-se para o ponto dois da ordem de trabalhos – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo número 2, do Art.º 19º, do Regimento, passou-se para o ponto dois - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que começou por se referir resumidamente à informação que foi distribuída a todos os Srs. Deputados. Quando se referiu ao desporto o Sr. Presidente da Câmara enalteceu os técnicos da Área de Desporto da Câmara Municipal que com o seu trabalho e aplicação contribuíram para o êxito dos I Jogos Desportivos de Santa Comba Dão. Informou ainda que já estava na posse da Câmara o relatório de avaliação do Património Imóvel que tem um valor de cerca de setenta milhões de euros. Referiu depois a forma elevada e democrática como têm decorrido as diversas sessões da Assembleia Municipal. Debruçou-se a seguir sobre o Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território, apresentado publicamente pelo Sr. Primeiro-Ministro, considerando-o um instrumento fundamental para a defesa do meio ambiente e o fim do desordenamento urbanístico do País. Enumerou os seis grandes objectivos estratégicos com que são definidas as linhas de rumo estruturantes do Plano. Referiu também a apresentação, em Viseu da equipa responsável pela elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro e os termos de referência do mesmo. Este plano constituirá um referencial estratégico ao nível municipal no que diz respeito aos Plano Director Municipal, Plano de Urbanização e Plano de Pormenor. Mais do que a facilidade que o processo vai trazer na aprovação dos instrumentos referidos, que irá passar para a responsabilidade das Assembleias Municipais, espera-se que daí resulte um instrumento que permitirá contrariar a desertificação e empobrecimento do Interior. Uma vez que o conselho se prepara para rever o PDM e elaborar os Planos de Urbanização e Pormenor, a situação deve ser encarada como um salto em frente rumo ao efectivo progresso. Em relação à política de financiamento das autarquias, referiu que o termo de comparação devem ser os concelhos do litoral com que temos maiores diferenças e não os do interior. Referiu depois quatro concelhos (Loulé, Albufeira, Vila do Bispo e Trofa) com quem fez a comparação através de três factores: população, área e receitas totais. Estabeleceu depois a comparação entre o número de camas autorizadas para a Sra. da Ribeira e as autorizadas para a Barragem do Alqueva e Albufeira. Concluiu que com a actual Lei das Finanças Locais, os concelhos do litoral vão continuar a desenvolver-se e os do interior continuarão a ficar para trás. Face ao que apresentou, fez um desafio a todos no sentido de em prol do desenvolvimento do concelho, deixar de haver politiquices caseiras, jogos baixos e ciúmes. Respeitando as naturais divergências, disse ser altura de olhos nos olhos, pensar-se no futuro e aquilo que se quer dar a Santa Comba Dão. Sendo o momento fulcral para o concelho, disse que quem quisesse participar e acreditar nos projectos, que são de todos, que fizesse o seu papel, quem quisesse continuar com guerrinhas sem sentido, que assumisse as suas responsabilidades no futuro. Apelou para

um movimento em torno dos grandes objectivos municipais, para que se possa vir a ter orgulho no contributo de todos e elevar bem alto o nome de Santa Comba Dão.

Respondeu depois às questões colocadas no Período de Antes da Ordem do Dia, às quais não tinha tido oportunidade de responder. Informou que o envio da documentação para apoio a esta Assembleia, apesar de dentro do prazo, não foi enviado mais cedo por ter estado uma semana de férias, precisamente na altura da preparação da documentação, não havendo qualquer responsabilidade dos serviços. Quanto às bandas, mais propriamente passadeiras elevadas para peões, disse que iriam ser colocados sinais de redução de velocidade. Sobre a rotunda da adega, será colocada logo que possível a camada de desgaste. No que diz respeito às motas de água na Sra. da Ribeira, já estava tratado na informação dada por escrito aos Srs. Deputados.

Não havendo mais intervenções dos Srs. Deputados, passou-se para o ponto dois ponto dois, APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DA CARTA EDUCATIVA DE SANTA COMBA DÃO = APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este solicitou a intervenção do Sr. Vereador António José Correia, responsável pelo pelouro da Educação, que começou por considerar o Projecto da Carta Educativa como um instrumento fundamental sob o ponto de vista estratégico e de planeamento para o desenvolvimento sustentado e equilibrado do Concelho. Fez depois o desenvolvimento deste conceito, enumerando as pretensões, finalidades e expectativas daí resultantes. Referindo que algum trabalho já estava feito anteriormente, disse ter sido necessário recorrer a uma equipe técnica exterior para que o trabalho a apresentar fosse rigoroso e de qualidade. Disse também ter recebido a informação que o modelo desta Carta Educativa foi considerado pelos serviços do Ministério da Educação como uma Carta modelo. Terminou dizendo considerar a Carta Educativa como um documento decisivo para o futuro de Santa Comba Dão. Seguidamente e para que fosse possível a montagem do equipamento necessário à projecção e apresentação do projecto, o Sr. Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos para um pequeno intervalo. Reiniciados os trabalhos, o Projecto da Carta Educativa foi apresentado pela equipe de técnicos que a elaborou, que começou por dizer que o projecto foi feito no sentido de proporcionar uma melhoria e enriquecimento da qualidade de ensino no Concelho. Fez seguidamente uma análise exaustiva ao modo como foi elaborada a informação nela contida e os seus conteúdos. A Carta Educativa, foi depois apresentada sendo analisados todos os seus parâmetros: análise demográfica do concelho, freguesia a freguesia (grupos etários, índice de envelhecimento, taxa de mortalidade e natalidade), rede viária e sua evolução de 1947 até hoje, apresentação da actual situação escolar nos diversos ciclos, situação de escolas com menos de dez alunos, situação de escolas tendo de onze a vinte alunos, tempos livres, áreas de influência das actuais escolas e número de salas por estabelecimento. Foi seguidamente feita a análise por freguesia e escola a escola, no que se refere ao primeiro ciclo, sendo também feita a projecção do número de alunos para os próximos anos e neste sentido as escolas que iriam fechar e as que estavam em risco. Atendendo a esta situação, passou-se depois para a reorganização da rede escolar, que aponta para a criação de dois Centros Educativos – Santa Comba Dão e S. João de Areias (que poderá situar-se na Cancela e não na sede da freguesia) e de um terceiro em S. Joaninho, que dependeria de acordos inter-municipais. A rede do pré-escolar seria para manter, isto é ter um pré-escolar de proximidade e a seguir um primeiro ciclo de qualidade. Terminada a apresentação o Sr. Presidente da Assembleia realçou a

importância para o futuro do documento apresentado, agradeceu a presença da equipe técnica e pôs em discussão o projecto apresentado.

Neste sentido pediu a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz que concordou com a necessidade de ordenar e planear a rede escolar e por isso definir rapidamente a opção de dois ou três Centros Educativos. Questionou assim se já estava tomada a decisão da criação do terceiro Centro Educativo. Perguntou também se não seria altura de proceder à reorganização do pré-escolar, até porque havia alguns Jardins de Infância com instalações em mau estado. Caso isso não aconteça continuar-se-á a ter um pré-escolar com vários problemas. Seria assim oportuno apresentar o seu planeamento de forma a rentabilizar os meios previstos. Terminou dizendo que a Carta Educativa deverá promover a criação de Centros Educativos de excelência.

Respondendo o Sr. Vereador António José Correia, disse que a criação do terceiro Centro Educativo no norte do concelho era uma certeza, mas a sua localização em S. Joanhão dependia de acordos com os municípios de Mortágua e Tondela. Relativamente ao reordenamento do pré-escolar disse concordar que o mesmo deveria ser de proximidade, uma vez que se tratava de uma faixa etária diferente, apostando também na melhoria das condições dos Jardins-de-infância.

Pediu novamente a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz, dizendo que uma vez que os apoios comunitários não contemplavam o pré-escolar, se iria continuar com um parque ultrapassado, sem condições e que desagradava aos pais. Por isso perguntava se não era possível reorganizar o pré-escolar e assim acompanhar o progresso ou deixar as coisas como estão.

Respondeu novamente o Sr. Vereador, que reafirmou a necessidade de intervenção nos equipamentos e que a Câmara estaria atenta à questão do pré-escolar.

Não havendo mais intervenções, o projecto foi posto à votação sendo aprovado por maioria, com dezanove votos a favor (17 da Coligação e 2 do Partido Socialista – Srs. Deputados Manuel Macedo Varela Dias e José Marques Duarte da Cruz) e nove abstenções do Partido Socialista.

Passou-se depois para o ponto dois ponto três, REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA/EMIÇÃO DE PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO MUNICIPAL=DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DEFINITIVO. Não havendo a registar qualquer intervenção, o ponto foi posto à votação, sendo aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro, TRIBUNAIS DE MENORES = VOTAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS A JUIZ SOCIAL. Posto em discussão, não houve também qualquer intervenção, pelo que se procedeu à votação, sendo a lista aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto cinco, PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE DATA DO FERIADO MUNICIPAL = FIXAÇÃO DO DIA DO FERIADO ANUAL DO MUNICÍPIO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este justificou a proposta apresentada como sendo o resultado da auscultação de um grande número de munícipes que lhe manifestaram o desagrado pela mudança do feriado municipal para o dia 13 de Maio, dia comemorativo da elevação de Santa Comba Dão a cidade. Disse nada ter contra o dia que assinala a data de elevação a cidade, que continuaria a ser assinalado, mas entendia que um autarca ao ser eleito era também porta-voz da vontade dos eleitores, daí o ter apresentado a proposta.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que, começou por referir que a elevação a cidade foi resultado de votação unânime na Assembleia da Republica, uma vez que Santa Comba Dão reunia todas as condições para tal. Recordou que em Abril de 2004 a Assembleia Municipal aprovou, também por unanimidade a mudança do feriado municipal para o dia 13 de Maio. Duvidou que a vontade de mudar novamente o feriado municipal fosse resultado de uma maioria, uma vez que não se fez qualquer referendo. Referiu-se, na sua opinião, à coerência demonstrada pelo Sr. Presidente da Câmara, que numa entrevista a um jornal disse concordar que Santa Comba Dão não devia ser cidade. Terminou dizendo que por coerência, o Partido Socialista iria votar contra a proposta e apelou para a postura na votação dos deputados que pertenciam à anterior Assembleia e que tinham votado no feriado municipal a 13 de Maio.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Pedro Soares Veloso que, em nome dos deputados da anterior Assembleia pertencentes ao PSD e agora presentes exprimiu a opinião de que naturalmente o dia 13 de Maio merecia ser comemorado pela sua importância, mas que também não poderia esquecer o tradicional convívio, o dia das merendas, a ligação religiosa que o dia de Quinta-Feira da Ascensão” trás e que por isso e por se estar a representar o povo e ser a sua voz iria defender os seus interesses e pretensões, aprovando a proposta.

Foi dada a palavra de seguida ao Sr. Deputado Sandro Branquinho que, defendendo a tradição, questionou se quando em 2004 se mudou a data do feriado municipal para 13 de Maio foi feito algum referendo para saber da vontade da população.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que, se manifestou contra a proposta, dizendo que também a ele tinham chegado muitas opiniões, mas para manter o feriado municipal a 13 de Maio. Considerou de “populista” a proposta no sentido de ser mais um feriado com dia de semana fixo, não havendo a possibilidade de coincidir com o fim-de-semana e que o objectivo do feriado municipal devia ser um dia de referencia e não um dia para não trabalhar e por isso estava contra a proposta.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Paula Francisca Gomes que, começou por dizer que mais que uma decisão politica ou “populista” a proposta ia de encontro à tradição de em S. João de Areias se comemorar o dia de “apanhar a espiga” e que não esquecendo o dia 13 de Maio considerava que “apanhar a espiga” em Quinta-feira de Ascensão não indo trabalhar, mas indo conviver era mais importante.

Pedi depois a palavra o Sr. Presidente da Câmara que, em resposta as afirmações do Sr. Deputado César Branquinho feitas anteriormente, solicitou que de uma vez por todas acabassem as afirmações que lhe atribuíam de achar que há desvantagens em Santa Comba Dão ser cidade e de ser contra essa elevação, a afirmação já foi explicada anteriormente e desmentida. Continuava a afirmar ter muito orgulho na sua terra e de ser Santacombadense, não admitindo de ninguém qualquer dúvida. Disse não acreditar que a vontade de mudança do feriado fosse por se ter mais um dia de descanso, mas se assim fosse também seria de respeitar, pois a presença de todos na Assembleia é para respeitar a vontade do povo. Quanto a esta vontade se expressar em referendo, disse que no dia das eleições autárquicas a proposta já tinha sido referendada, pois foi mencionada diversas vezes em campanha eleitoral.

Não havendo mais intervenções passou-se à votação deste ponto, que foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor da Coligação, duas abstenções (uma da Coligação – Sr. Deputado António Augusto Lourenço Antunes e outra do Partido Socialista – Sr. Deputado Manuel Macedo Varela Dias) e dez votos contra do Partido Socialista.

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto seis, PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO = APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este solicitou a intervenção do Sr. Vereador António José Correia que, explicou a razão de ser do regulamento e a sua finalidade. Salientou a necessidade de regular as diversas formas de relacionamento da Câmara Municipal com as diversas Associações legalmente constituídas no concelho. Não havendo intervenções, passou-se à votação sendo o regulamento aprovado por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto sete, SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S PARA O ANO EM CURSO = APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este solicitou que o assunto fosse apresentado pelo Sr. Vereador Fernando Cruz, uma vez que se relacionava com um pelouro da sua responsabilidade. O Sr. Vereador começou por dizer que esta revisão era o resultado da aplicação do plano de investimentos previsto e que tinha origem no reforço das verbas para a aquisição de serviços destinados à elaboração da Carta Educativa e com alterações nos investimentos que a câmara vai executar com a reinstalação dos serviços de carpintaria junto à Escola Profissional e com a aquisição de imóveis rústicos que têm a ver com o projecto do Museu do Estado Novo.

Seguidamente o Sr. Presidente da Câmara prestou ainda esclarecimentos sobre o modo de reinstalação dos serviços de carpintaria e que também era intenção da Câmara fazer alguns melhoramentos e investimentos que possam ficar para o futuro na Escola Profissional, apesar do edifício não pertencer à Câmara. A construção junto da Escola Profissional, destinado aos serviços de carpintaria, servirá no futuro para os alunos da escola terem aulas de carpintaria e também de mecânica, que actualmente funcionam em pavilhões muito antigos e a ameaçar ruína. Apesar da intervenção ser feita num imóvel que não pertence à câmara, a mesma tem o acordo da DREC e torna-se necessária. Não havendo mais intervenções, o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Uma vez que o ponto dois ponto oito, tinha necessariamente que se iniciar à hora prevista e havendo ainda disponibilidade de tempo no período da manhã, com o acordo de todos passou-se para o ponto três da ordem de trabalhos, PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. Não havendo pedidos de intervenção a registar o Sr. Presidente da Assembleia pelas doze horas e quarenta minutos deu por encerrados os trabalhos no período da manhã.

Às catorze horas e trinta minutos o Sr. Presidente da Assembleia, deu por reiniciados os trabalhos, entrando-se no ponto dois ponto oito do PERÍODO DA ORDEM DO DIA, ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA METROPOLITANA DA GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE VISEU (GAMVIS), NOS TERMOS DO ART.º 1º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA METROPOLITANA DA GAMVIS. Feita a votação e escrutínio, verificou-se que Lista “A” e única reuniu a unanimidade dos vinte votos expressos.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão, que foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão pelas catorze horas e cinquenta e cinco minutos e dela se lavrou a presente acta que depois de aprovada vai ser assinada pelos membros da mesa.



ANEXO 1

Final
06/06/26

VOTO

O GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA APRESENTA UM VOTO DE PESAR E DE SOLIDARIEDADE COM A FAMÍLIA DAS VÍTIMAS DOS TRÁGICOS ACONTECIMENTOS COM AS JOVENS DESTA TERRA QUE CHOCARAM O CONCELHO E O PAÍS, VOTO ESSE EXTENSIVO AOS FAMILIARES E INSTITUIÇÕES LIGADAS AO PRESUMÍVEL AUTOR DESTES CRIMES.

Santa Comba Dão, 26 de Junho de
2006

